

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	27
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	28
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	29
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	30
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.135.950
Preferenciais	10.164.050
Total	15.300.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	0	13.641	17.281
1.01	Ativo Circulante	1.291	985
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	1
1.01.03	Contas a Receber	1.291	984
1.01.03.01	Clientes	1.184	616
1.01.03.01.01	Clientes	1.209	717
1.01.03.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-25	-101
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	107	368
1.02	Ativo Não Circulante	12.350	16.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	584	409
1.02.01.03	Contas a Receber	335	409
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	335	409
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	249	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	249	0
1.02.02	Investimentos	11.672	15.797
1.02.02.01	Participações Societárias	11.672	15.797
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.272	15.162
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	400	635
1.02.04	Intangível	94	90
1.02.04.01	Intangíveis	94	90

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	13.641	17.281
2.01	Passivo Circulante	9.560	4.477
2.01.02	Fornecedores	59	35
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.376	4.442
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.113	2.379
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.095	1.985
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	168	78
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.125	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.125	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.125	0
2.02	Passivo Não Circulante	344.392	315.422
2.02.02	Outras Obrigações	338.721	308.887
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	309.375	275.436
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	309.375	275.436
2.02.02.02	Outros	29.346	33.451
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	15.926	17.899
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	13.079	15.160
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	341	392
2.02.04	Provisões	5.671	6.535
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.671	6.535
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	156	278
2.02.04.01.05	Provisões IRPJ diferido	4.055	4.587
2.02.04.01.06	Provisões CSLL diferido	1.460	1.670
2.03	Patrimônio Líquido	-340.311	-302.618
2.03.01	Capital Social Realizado	22.809	22.809
2.03.01.01	Capital Social	15.300	15.300
2.03.01.02	Correção Monetária de Capital	7.509	7.509
2.03.02	Reservas de Capital	3.877	3.877
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.600	9.116
2.03.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	7.600	9.116
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-374.476	-338.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-121	-159

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.104	3.200
3.03	Resultado Bruto	3.104	3.200
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.455	-575
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-18
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-623	-330
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-278	-2.309
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.554	2.082
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-351	2.625
3.06	Resultado Financeiro	-36.748	-12.954
3.06.01	Receitas Financeiras	28	18.715
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.776	-31.669
3.06.02.01	Despesas financeiras - capital de giro	-927	-2
3.06.02.02	Outras despesas financeiras	-35.849	-31.667
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-37.099	-10.329
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	742	-6.257
3.08.02	Diferido	742	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-36.357	-16.586
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-36.357	-16.586

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-36.357	-16.586
4.02	Outros Resultados Abrangentes	38	-44
4.02.02	Ajuste de avaliação patrimonial	38	-44
4.03	Resultado Abrangente do Período	-36.319	-16.630

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.122	18
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.470	2.708
6.01.01.01	Resultado líquido do Exercício	-36.357	-16.586
6.01.01.02	Juros sobre impostos	0	-18.715
6.01.01.03	Atualização de partes relacionadas	35.151	30.293
6.01.01.04	Provisões para contingências	134	125
6.01.01.06	Provisão para devedores duvidosos	-76	-29
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	2.554	-2.082
6.01.01.08	Variação monetárias ativas	0	1
6.01.01.09	Provisões perda de investimentos	235	345
6.01.01.10	IRPJ e CSLL diferidos	-742	6.257
6.01.01.11	Variações diversas ativas	6	1.901
6.01.01.12	Atualização de impostos	565	1.198
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.592	-2.690
6.01.02.01	Clientes	-511	1.249
6.01.02.06	Outras contas a receber	100	-35
6.01.02.07	Fornecedores	24	-32
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-3.735	-2.373
6.01.02.10	Provisões para Contingências	-258	-241
6.01.02.11	Partes relacionadas	-1.212	-1.234
6.01.02.12	Outras contas a pagar	0	-24
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4	-17
6.02.01	Intangível	-4	-17
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.125	0
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	4.125	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.809	9.116	3.877	-338.261	-159	-302.618
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.809	9.116	3.877	-338.261	-159	-302.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.357	38	-36.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.357	0	-36.357
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	38	38
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	38	38
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.516	0	142	0	-1.374
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.516	0	1.516	0	0
5.06.04	Baixa de Realização da Reserva	0	0	0	-1.374	0	-1.374
5.07	Saldos Finais	22.809	7.600	3.877	-374.476	-121	-340.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.809	12.330	3.877	-324.842	-115	-285.941
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.809	12.330	3.877	-324.842	-115	-285.941
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.586	-44	-16.630
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.586	0	-16.586
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-44	-44
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação patrimonial	0	0	0	0	-44	-44
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-3.214	0	3.167	0	-47
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-3.214	0	3.214	0	0
5.06.04	Baixa de realização da reserva	0	0	0	-47	0	-47
5.07	Saldos Finais	22.809	9.116	3.877	-338.261	-159	-302.618

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	3.589	3.711
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.587	3.682
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2	29
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-901	-2.686
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-901	-2.686
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.688	1.025
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.688	1.025
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.784	14.540
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.554	2.082
7.06.02	Receitas Financeiras	28	18.715
7.06.03	Outros	742	-6.257
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	904	15.565
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	904	15.565
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	485	482
7.08.02.01	Federais	394	390
7.08.02.03	Municipais	91	92
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.776	31.669
7.08.03.01	Juros	35.849	31.669
7.08.03.03	Outras	927	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-36.357	-16.586
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-36.357	-16.586

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhores acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Panorama macroeconômico

A desaceleração da economia brasileira no fim do ano passado levou a um pior desempenho do consumo. Ao contrário das projeções traçadas ao final de 2010, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 somou apenas 2,7%, quase um terço da expansão de 7,5% observada em 2010. Os dados do IBGE mostram que o consumo das famílias registrou o pior resultado desde 2004.

O consumo das famílias brasileiras em 2011 desacelerou e as taxas de juros se mantiveram em alta, aliados com a crise mundial, fatores esses que influenciaram no desempenho da Companhia.

Desempenho Econômico**Receita**

A receita operacional líquida da Companhia reduziu 3% em 31 de dezembro de 2011 quando comparada ao mesmo período de 2010. Tal fato deu-se pelo desaceleração da economia brasileira.

EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu em 2011 o valor de R\$ 2,2 milhões, representando redução de 9,8%, quando comparado ao valor obtido no ano de 2010, que somou R\$ 2,4 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2011 apresentou uma retração de 183,7% quando comparado ao mesmo período de 2010. Em 2010 a Companhia aderiu ao Programa de Ajuste da Dívida do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul – Ajustar/ICMS, gerando benefícios de R\$ 18.715.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perspectivas 2012

A credibilidade que a marca Hercules conquistou ao longo dos seus 75 anos de existência e que sempre foi sinônimo de qualidade, motivou a Companhia a buscar novos segmentos e oportunidades para o crescimento em volume físico de vendas e, de forma atrelada à maximização do faturamento, de forma a retomar os padrões de anos anteriores. Com esta missão, a Companhia inicia um forte trabalho para o desenvolvimento de novas linhas de produtos, visando ampliar ofertas de produtos nos segmentos profissional, institucional, doméstico e de varejo.

No início do presente ano, a Companhia marcou presença na feira *Gift Fair* em São Paulo, onde consolidou o trabalho que iniciara em 2010 através do lançamento ao mercado de suas novas linhas de produtos, conforme segue:

Hercules Gourmet: Uma linha variada de talheres em aço inoxidável com a marca Hercules Gourmet.

Plaza Hercules: São tigelas, travessas, assadeiras, conjuntos para chá e café e utensílios em geral.

Hercules Porcelan: São aparelhos de jantar decorados, linha hotel, refratários e uma linha petit para porções individuais para o público doméstico e institucional.

Hercules Vetro: Hercules Vetro é composto por objetos para uso diário ou ocasiões especiais, entre copos, taças, vasos e pratos de servir.

Hercules Dekò: O conceito da Hercules Dekò se caracteriza pelo design e qualidade de uma variedade de itens de decoração e utilidades.

Mundial Gourmet: A Mundial Gourmet são facas estampadas e forjadas, garfos, chairas e tesouras, desenvolvidos com o objetivo de simplificar a tarefa de preparação de alimentos no dia a dia.

A participação da Companhia na feira *Gift Fair* em 2010 e 2011, a credenciou para alavancar ainda mais a categoria de produtos ofertados, buscando ampliação do mix e maior participação no canal varejo e distribuição.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporciona aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento bruto da Companhia.

Hoje, a Companhia colhe os frutos que já foram plantados em anos anteriores. A participação na edição 2012/01 da feira *Gift Fair*, permitiu a apresentação da nova linha Hercules Premium, montada a partir de produtos em aço inox de altíssima qualidade, tais como baixelas, sopeiras, bandejas, molheiras e outros produtos dessa linha.

Visando ampliar ainda mais o mix de produtos, endossados pela credibilidade da marca, a Companhia planeja lançar em Agosto, na 2ª edição da feira *Gift Fair* do ano de 2012, a nova linha de produtos em prata e uma linha de alumínio fundido de altíssima qualidade, posicionando a marca entre as mais conceituadas do mercado nacional.

Com todos esses investimentos em produtos, feiras e distribuição, a Companhia busca atingir a estimativa de um aumento de 40% do faturamento em 2012, quando comparado com 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Auditores independentes

Com intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a Directa Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o referido período.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração da companhia agradece aos seus colaboradores, aos fornecedores e instituições financeiras pela credibilidade e confiança e aos acionistas e conselheiros pelo apoio nas decisões que vêm sendo tomadas.

A Administração.

Notas Explicativas**HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES**

Companhia Aberta

CNPJ 92.749.225/0001-63

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011

(Em reais mil, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL**a) Atividades desenvolvidas**

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

b) Situação patrimonial e financeira

A situação patrimonial e financeira da Companhia é como segue.

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	2.203	543
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(37.099)	(10.329)
Capital de giro	(8.269)	(3.492)

A manutenção dos indicadores operacionais abaixo do esperado ao longo dos últimos anos, aliado à discussão relacionada à liquidação de tributos federais e com as consequências que poderiam advir, nos termos descritos na nota explicativa 10(b), representam importantes desafios a serem superados para a normal continuidade operacional da Companhia, que está fortemente ligada à superação dos aspectos acima descritos e pela manutenção das ações objeto do seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos são:

- Incrementar os negócios através de licenciamento e lançamento de novas linhas de produtos abrangendo novos mercados.
- Obter novos recursos em processo de capitalização e reorganização societária.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor; ou valor justo, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.3. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as estimativas e premissas utilizadas que apresentam probabilidade de causar algum ajuste nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas na nota explicativa 4 – Clientes – PCLD e nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

A variação cambial sobre investimentos mantidos no exterior pela coligada é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

2.5. Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Em Reunião de Diretoria realizada em 19 de março de 2012, foi autorizada a reapresentação das demonstrações financeiras.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são compatíveis com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

As notas explicativas abaixo não apresentaram alteração significativa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

a. Contas a Receber de Clientes

Referem-se a valores a receber de clientes registrados pelo valor faturado, incluídos os respectivos impostos e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, e representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos.

b. Investimentos

O investimento na empresa coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no grupo de "Outros Resultados Abrangentes", no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento.

c. Intangível

O ativo intangível é representado por marcas e patentes, as quais são registradas ao custo histórico.

d. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável de um ativo, a Companhia constitui provisão para deterioração, para ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

e. Empréstimos e financiamentos

Notas Explicativas

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos até a data base das demonstrações financeiras, que são equivalentes ao seu reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e mensuração subsequente ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

f. Provisões

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões efetuadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e trabalhistas, os quais são provisionados mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Os processos considerados com risco de perda possível são apenas objeto de divulgação, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impostos

g.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O Imposto de Renda é calculado e registrado sobre lucro tributável, apurado com base no resultado anual relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual excedente a R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

g.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerando créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e passivo não circulante (nota explicativa 7).

O imposto de renda diferido e contribuição social diferida são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

g.3. Impostos Recuperáveis

Os custos dos serviços prestados são apresentados líquidos dos impostos recuperáveis, em função da sistemática da não-cumulatividade.

Notas Explicativas

g.4. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISSQN	2,50%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

h. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-lo.

Os passivos são atualizados, quando pertinente, pelas taxas de câmbio, variações monetárias incorridas e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação seja provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os itens de ativo e passivo não circulante estão ajustados a valor presente, quando aplicável.

i. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. As despesas são reconhecidas à medida que são efetivamente incorridas.

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo transcorrido, com base no método da taxa efetiva de juros. A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos forem gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita e o custo decorrente de serviços prestados, quando aplicável, são reconhecidos no resultado em função de sua efetiva prestação.

Notas Explicativas

j. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

k. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

4. CLIENTES

	31/12/11	31/12/10
Duplicatas a receber	1.209	717
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25)	(101)
	1.184	616

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o período foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	101
Baixas ocorridas	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2011, por idade de vencimento, está assim composto:

	31/12/11	31/12/10
Valores não vencidos	1.108	566
Vencidos até 30 dias	-	50
Vencidos há mais de 181 dias	101	101
	1.209	717

5. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

Investimento na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/11	31/12/10
Dados do investimento		
Capital social	28.794	28.794
Patrimônio líquido	101.372	136.342
% de participação	11,12	11,12
Resultado do exercício	(22.965)	18.719
Ações possuídas (milhares)	31.631	5.272
Pelo valor patrimonial	15.162	13.397
Estorno de reavaliação de coligada	(1.374)	(47)
Ajuste de avaliação patrimonial em coligada	38	(44)
Juros sobre capital próprio a distribuir	-	(226)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.554)	2.082
Participação em coligada	11.272	15.162

Notas Explicativas

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Mundial S.A. – Produtos de Consumo, realizada em 27 de maio de 2011, foi aprovado um desdobramento (“split”) de ações daquela Companhia alterando o capital autorizado e subscrito, à razão de seis ações em substituição para cada uma atualmente existente.

6. INTANGÍVEL

Composição do Intangível:

		31/12/11	31/12/10
	Custo corrigido	Valor residual	Valor residual
Marcas e patentes	94	94	90
	94	94	90

	Marcas e Patentes
Saldo em 31/12/10	90
Adições	4
Saldo em 31/12/11	94

O saldo refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL- DIFERIDO

O valor de R\$ 5.515 (R\$ 4.055 referente a IRRPJ e R\$ 1.460 referente a CSLL), registrado na rubrica de provisão de imposto de renda e contribuição social, foi constituído em função dos efeitos na adesão ao parcelamento Ajustar - ICMS, e a realização do referido tributo se dará em 104 parcelas restantes.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O empréstimo captado no mercado e reconhecido no passivo circulante refere-se a captação de recursos no mercado interno. O empréstimo está reconhecido em 31 de dezembro de 2011 a valor de mercado.

	Controladora	
Modalidade	31/12/11	31/12/10
Capital de giro - CCB	4.000	-
Títulos descontados	125	-
Total passivo circulante	4.125	-

O empréstimo de capital de giro – CCB mantido pela Companhia é garantido por aval, com prazo de vencimento de até 4 meses e negociado a juros pré-fixados de 2,56% a.m..

Notas Explicativas

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Composição:

	31/12/11	31/12/10
REFIS (Nota explicativa 10)	14.173	14.173
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	4.297	5.466
Ajustar - ICMS (b)	15.174	17.144
PIS (c)	84	78
COFINS (c)	421	390
IPTU (d)	498	463
Outros impostos	75	179
	34.722	37.893
Passivo circulante	5.376	4.442
Passivo não circulante	29.346	33.451
Total	34.722	37.893

Os parcelamentos tem a seguinte composição de vencimento por ano:

2012	3.887
2013	3.887
2014	3.037
2015	1.847
2016 em diante	7.386
Total	20.044
Refis (Nota explicativa 10), PIS COFINS (c)	14.678
Total - passivo e passivo não circulante	34.722

(a) Parcelamento Lei 11.941

Em 30 de novembro de 2009, a companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/2009, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção, resultou em uma redução da dívida em R\$ 17.537, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a empresa formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, o que a levou iniciar um trabalho específico de revisão interna, para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação. Entretanto, a Receita Federal do Brasil deverá conceder nova oportunidade para que os contribuintes que tiveram a consolidação no parcelamento da Lei nº 11.941/09 deferida e que verificaram necessidade de ajustes relacionados à inclusão/exclusão de débitos no programa de parcelamento. A chamada “reconsolidação” ainda não possui data definida, mas será proporcionada para permitir a revisão do parcelamento para os contribuintes que identificaram incongruências. Este novo procedimento tornará desnecessária a revisão administrativa, tendo em vista que a própria Receita Federal do Brasil oportunizará ao contribuinte as adequações que se fizerem necessárias.

Assim, a Companhia poderá efetuar os ajustes necessários na inclusão dos débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/09, para a confirmação dos saldos mantidos nos seus controles internos.

Atualmente os pagamentos mensais são de R\$ 203.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia, imóveis, máquinas e equipamentos.

Notas Explicativas

(b) Adesão ao Ajustar – ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (Ajustar) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715.

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 15.174, que está pactuado em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela SELIC e com recolhimento mensal de R\$ 174.

(c) PIS, COFINS

Refere-se a compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal - SRF, pendentes de homologação.

(d) IPTU

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 498, e com pagamentos mensais de R\$ 8.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

Estimando-se que a Companhia venha a crescer à razão de 3% ao ano e ainda que as amortizações ocorram obedecendo aos critérios da Resolução CG/REFIS nº 004, a dívida será amortizada em aproximadamente 1.800 meses, conforme as projeções de crescimento do faturamento e de juros futuros, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Assim, foi calculada uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante a valor presente de R\$ 14.173 (R\$ 610 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). O saldo contábil da dívida está congelado desde 31 de dezembro de 1999.

Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 4.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção). Em 31 de dezembro de 2011 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 462.390, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 442.217.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

Notas Explicativas

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/11
PIS	2.597	1.519	4.116	4.031	(77)	8.070
COFINS	9.619	7.266	16.885	16.532	(315)	33.102
IPI	22.450	22.819	45.269	44.324	(844)	88.749
IRRF	2.323	2.321	4.644	4.547	(87)	9.104
CSLL	16.183	-	16.183	15.845	(302)	31.726
IRPJ	33.724	-	33.724	33.020	(629)	66.115
INSS	27.950	23.934	51.884	50.801	(968)	101.717
	114.846	57.859	172.705	169.100	(3.222)	338.583

b) A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Porém, conforme ficha 13 do programa do REFIS da Companhia, tal litígio consta como tendo sido incluído. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem garantido sua manutenção no programa através de medidas judiciais. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

11. GARANTIAS PRESTADAS

Em garantia dos parcelamentos com a Secretaria de Receita Federal – SRF e da Secretaria da Receita Estadual - SEFAZ, foram dados terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da coligada Mundial S.A. e terrenos e imóveis das coligadas indiretas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A..

12. PARTES RELACIONADAS

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Avamiller	Total
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	249	249
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	306.408	2.967	-	309.375
Despesas financeiras	35.151	-	-	35.151
Em 31 de dezembro de 2010				
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	272.469	2.967	-	275.436
Despesas financeiras	30.293	-	-	30.293

O saldo de R\$ 306.408 em 31 de dezembro de 2011 com a coligada Mundial S.A. teve origem na operação de compra em 1988 das unidades de talheres, baixelas e cutelaria (Fábricas 2 e 8) da então coligada Eberle S.A., hoje, sucedida pela Mundial S.A.. A Companhia efetuou pagamentos à coligada Mundial S.A. no montante de R\$ 1.212 no decorrer do ano de 2011.

Abaixo apresentamos a remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. - Produtos de Consumo.	IPCA + 6%a.a.	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Laboratorio Avamiller de Cosméticos Ltda.	Não remunerada	Indeterminado

Notas Explicativas

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia classifica os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrando o montante avaliado como perda provável, considerado suficiente para cobrir perdas que possam vir a ocorrer.

a) Características do montante:

Processos trabalhistas - São relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras e adicional de periculosidade.

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Provisões trabalhistas	233	333
Depósitos judiciais	(77)	(55)
	<u>156</u>	<u>278</u>

As causas tributárias anteriores a dezembro de 1999 foram incluídas no REFIS e as posteriores a esta data, incluídas no PAES e no Parcelamento Ajustar - ICMS.

b) Contingências com probabilidade de perda possível:

As causas consideradas como perdas possíveis não estão registradas, mas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, devem ser divulgadas. Em 31 de dezembro de 2011, as causas consideradas de perda possíveis, conforme estimativa dos advogados da Companhia são as seguintes:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Provisões trabalhistas	547	755
Provisões cíveis	4.369	10.686
	<u>4.916</u>	<u>11.441</u>

Composição das contingências com risco de perda possível:

Provisões trabalhistas - São relativas basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como horas extras e adicional de periculosidade.

Provisões cíveis - São constituídas por ação de rescisão de contratos de representação comercial e ação de cobrança de honorários advocatícios com respectivos pedidos de indenização.

14. PASSIVO A DESCOBERTO

Capital autorizado

É dividido em 50.597.929 ações ordinárias e 101.195.858 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Capital subscrito

Notas Explicativas

É dividido em 5.135.950 ações ordinárias e 10.164.050 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por reserva de ágio sobre ações e reserva de incentivos fiscais.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

Outros resultados abrangentes

É composto pelo saldo da variação cambial reflexa sobre os investimentos no exterior da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/11	31/12/10
Baixa de créditos tributários	-	(1.901)
Outras despesas operacionais (a)	278	(408)
	278	(2.309)

(a) Em 2011, o grupo de Outras Despesas Operacionais é composto, basicamente, pelo registro de R\$ 36 referente a perdas de valores a receber de clientes pendentes há longa data e pelo valor de R\$ 235, provisão para perda em investimento.

16. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	31/12/11	31/12/10
Outras receitas financeiras	28	-
Efeitos de adesão ao Ajustar/2010	-	18.715
Total de receitas financeiras	28	18.715
Despesas financeiras	31/12/11	31/12/10
Despesas financeiras com partes relacionadas (a)	(35.151)	(30.293)
Despesas de giro (Empréstimos)	(927)	-
Atualização de impostos e outras despesas financeiras	(698)	(1.376)
Total de despesas financeiras	(36.776)	(31.669)
Resultado financeiro	(36.748)	(12.954)

(a) Despesas em decorrência da atualização do mútuo com a coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, atualizado por IPCA e acrescido de 6% a.a..

Notas Explicativas

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida, para os trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010.

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receita Bruta de Vendas	3.587	3.682
Impostos sobre Vendas	(483)	(482)
Receita Operacional Líquida	3.104	3.200

18. SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas em apólice global para a Companhia e suas coligadas diretas e indiretas, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice prevê coberturas contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

DIRETORIA E CONSELHO DA HERCULES

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Cristiano Jacó Renner – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

Julio Cesar Camara – Diretor

Notas Explicativas

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

Contador

Marcelo Fagundes de Freitas

CRC nº 1RS 057349/O-7 S SP – CPF: 526.944.020-20

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Relatório não aplicável a Companhia.

Proposta de Orçamento de Capital

Relatório não aplicável a Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Relatório não aplicável a Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme comentado na nota explicativa 1(b) às demonstrações financeiras, a Companhia vem apurando prejuízos constantes em suas operações, redundando na situação de passivo a descoberto, o que sugere dúvidas sobre a continuidade normal de suas atividades. Na mesma nota explicativa, a Administração da Companhia apresenta, sumariamente, os planos de ação que estão sendo implementados para superar esta situação e permitir a continuidade normal das suas operações. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 9 (a), a Companhia mantém seus saldos contábeis relativos ao montante de suas obrigações, de acordo com seus controles internos, os quais divergem dos valores apresentados pela Secretaria da Receita Federal dos impostos inscritos no programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09. A Administração entende que tais diferenças entre estes saldos não resultarão em efeitos negativos para a Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa 10 (b), a Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários. Essa exclusão foi judicialmente contestada pela Companhia, que obteve medida liminar assegurando sua manutenção no referido Programa, considerando a existência de documentação comprobatória. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham a ser proferidas em seu favor.

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da HERCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 20 de março de 2012.

Directa Auditores
CRC N° 2SP013002/F-4

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
CT CRC N° 1SP114365/O-0S-RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório não aplicável a Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Hercules S/A – Fábrica de Talheres
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Os Diretores da Hercules S.A – Fábrica de Talheres, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, Directa Auditores, com data de 20 de março de 2012, os diretores concluem que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 19 de março de 2012.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

Julio Cesar Camara
Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Hercules S/A – Fábrica de Talheres
Companhia Aberta
CNPJ 92.749.225/0001-63

PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DO AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da Hercules S.A. – Fabrica de talheres, abaixo assinados, declaram que:

(a) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Directa Auditores, relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e

(b) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 19 de março de 2012.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

Julio Cesar Camara
Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas
Diretor